



Formação em Procedimentos e Normas da Contratação Pública

Teve início no dia 19 de Março a primeira acção de formação para gestores e quadros técnicos das organizações públicas, que trabalham com processos de compras.

No acto de abertura do evento, a PCA da ARAP Carla Soares Sousa referiu a importância da capacitação dos intervenientes do sistema visando dotá-los de habilidades para cumprirem com normas e procedimentos das aquisições em consonância com os objectivos, princípios e desígnios do sistema.



A formação que tem a duração de 18 horas, está sendo ministrada por técnicos das Unidades de Supervisão, Auditoria e Normalização-USAN, e de Capacitação, Divulgação e Certificação- UCDC da ARAP, com a coordenação da Administradora da ARAP, Carla Bettencourt. Uma segunda turma está agendada para 02 de Abril próximo.

O objectivo da acção é fornecer uma visão do universo legal do sistema de compras na Administração Pública e contribuir para o aperfeiçoamento das competências profissionais requeridas aos funcionários envolvidos nos processos de aquisições públicas.

A entidade reguladora decidiu organizar essas

acções de formação, visando capacitar as entidades adquirentes e incentivá-los a aplicar as normas e procedimentos da contratação pública, tendo em conta os vários pedidos de esclarecimentos, dúvidas recebidas, e enquadrado ainda nas atribuições estatutárias de zelar pela adequada formação dos integrantes das Unidades de Gestão de Aquisições -UGA.

Espera-se que os formandos sejam certificados e futuramente possam integrar as Unidades de Gestão de Aquisições nas respectivas entidades.

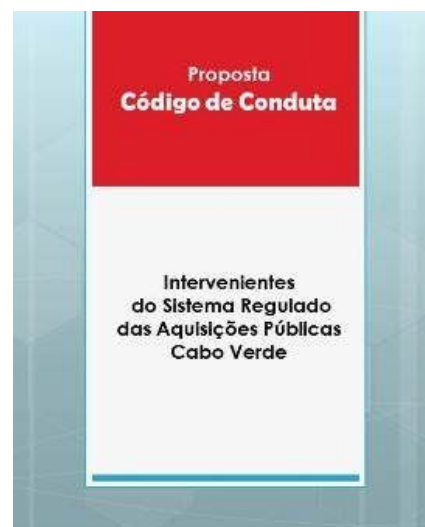
Refira-se que a ARAP já aprovou o plano de formação relativo ao ano 2012, mas a sua execução no entanto, dependerá de financiamento.

Código de Conduta do Sistema Regulado das Aquisições Públicas levado a consulta pública

A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas- ARAP submete à consulta pública o Código de Conduta do Sistema Regulado de Aquisições Públicas, durante o período de 23 de Março a 23 de Abril. Com isto, a ARAP pretende recolher não só as contribuições dos intervenientes do sistema mas também da sociedade em geral, sobre as normas que irão orientar as actuações no campo das aquisições públicas.

A opção por este modelo de recolha de contribuição deve-se ao facto de que por meio da consulta pública o processo de elaboração do documento é democrático e transparente para a sociedade. E neste sentido, a consulta pública abre a possibilidade de uma ampla discussão sobre diversos pontos, permitindo a participação do público na construção do documento em sintonia com os objectivos e os desígnios fixados quais são: Modernização, Transparência e Racionalização.

O documento completo da proposta está disponível nas instalações da ARAP e na página na Internet no endereço www.arap.cv, na secção legislação.



O Sistema Regulado de Aquisições Públicas

O que são aquisições Públicas?

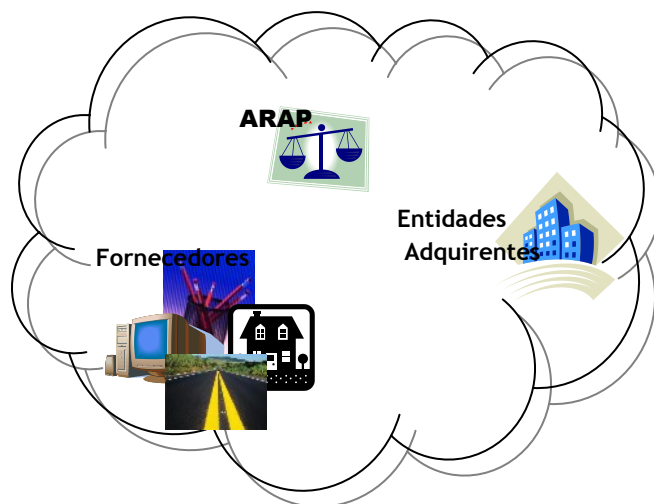
A lei define aquisições públicas, todas as *compras* que se operam através dos contratos celebrados pelas entidades adjudicantes sejam elas :

- Empreitadas de obras públicas;
- Aquisição de bens;
- Aquisição de serviços;
- Concessão de obras públicas;
- Concessão de serviços públicos.

Quem são entidades adjudicantes?

Segundo a lei são entidades adjudicantes ou adquirentes :

- O Estado;
- Os organismos públicos dotados de personalidade jurídica, com ou sem autonomia financeira, que não revistam natureza, forma e designação de empresa pública;
- Os serviços personalizados do Estado;
- Os fundos autónomos;
- As autarquias locais e entidades equiparadas sujeitas a tutela administrativa;
- As associações exclusivamente formadas por autarquias locais ou por outras pessoas colectivas de direito público mencionadas nas alíneas anteriores.



ARAP visita Instituições de Ensino

Como garantir a sustentabilidade da formação dos intervenientes do sistema regulado das aquisições públicas no País? Esta questão tem sido uma preocupação constante para a Entidade Reguladora das Aquisições Públicas, cuja a lei lhe atribui a competência de zelar pela formação. É com esta preocupação que a Presidente do Conselho de Administração da ARAP tem na agenda encontros com instituições de ensino superior no sentido de recolher subsídios para elevar a reflexão sobre a formação. Tem ainda aproveitado para divulgar a ARAP e o sistema regulado de aquisições públicas para que todos estejam em sintonia com essa reforma e poder contribuir actuando com transparência.

No âmbito deste ciclo de encontros a PCA da ARAP já esteve no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, que na pessoa da Dra. Nazaré Varela mostrou abertura para acolher sugestões, e congratulou com os esclarecimentos sobre as aquisições públicas. A mesma sublinhou que apesar da instituição ser privada terão todo interesse em conhecer a lei e poder aplicá-la lá onde seja possível.



Da mesma forma, a PCA foi recebida pela directora da Escola de Negócios e Governação da UNICV, Dra. Fátima Fortes. A directora da referida escola disse esclarecida com a exposição sobre as aquisições públicas feita pela Dra. Carla Sousa e informou que a escola está tem em curso um plano de desenvolvimento institucional e que é do interesse da ENG, dar mais e melhor resposta ao sector público. A mesma salientou entretanto que a escola ainda não tem valência interna na área de aquisições públicas. Assim, mostrou abertura para juntamente com a ARAP discutirem a melhor forma de dar resposta à questão da formação.

No âmbito desta reflexão e recolha de subsídios para a formação a presidente do Conselho de Administração já se reuniu com o Director Geral do Ensino superior e Ciência, com o Reitor da UNICV, com o Administrador do IEFP, com o Coordenador do ISCEE. Ainda nesta semana está agendada um encontro com o Reitor da Universidade Jean Piaget.

Conselho Consultivo da ARAP faz a sua primeira Reunião do ano

22 de Março, a data do primeiro encontro do Conselho Consultivo da ARAP relativo ao ano 2012. Com ausência de um dos membros, o grupo esteve reunido na sede da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, e na agenda de trabalhos esteve a apreciação do Relatório de actividades da ARAP de 2011 e Plano de actividades de 2012, o Estudo da taxa, os TdR para a revisão do pacote legislativo de Aquisições Públicas, o Código de Conduta para os intervenientes do Sistema Regulado de Aquisições Públicas, entre outros.

Da agenda, os presentes puderam apreciar de forma positiva o relatório de actividades da ARAP relativo ao ano 2011 bem como o Plano de actividades do ano em curso.

Com relação aos termos de referência para a revisão do pacote legislativo das Aquisições Públicas, o Conselho decidiu debruçar mais a fundo sobre a questão remetendo posteriormente as suas contribuições sobre o assunto à ARAP.

O código de conduta para os intervenientes do Sistema Regulado das Aquisições Públicas-SRAP, e o estudo da taxa sobre as Aquisições Públicas foram também assuntos que mereceram nota positiva dos membros presentes na reunião do Conselho Consultivo da ARAP.

Recorde-se que o Conselho Consultivo da ARAP é composto por seis membros: Eng^o Adriano Cruz, do Conselho Superior das Câmaras de Comércio que preside o Conselho; Eng^o António Pedro Silva da ADECO (Associação de Defesa dos Consumidores); Eng^o João Tolentino de Oliveira Ramos, da Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde; Dr. Cristino Sanches, Direcção Geral do Património e Contratações da Públicas, que é Secretário do Conselho; Eng^a Maria Odete Silva Lima Dias, da Inspeção Geral das Obras Públicas e Particulares e pelo Eng^o Francisco Fernandes Tavares, da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde.

